



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7875

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Impostos, Multas e Taxas (aplicação e cancelamento)

**Autoria:** Alfredo Ramos Neto

**Data:** 06/03/2012

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 35/2012. Dispõe sobre a cobrança de taxa de estacionamento por shopping centers, hipermercados, supermercados, comércio em geral e similares, que disponibilizem estacionamentos pagos para seus clientes. (Referente à Lei nº 4.541, de 14/08/2012).

**Controle Interno – Caixa:** 13

**Posição:** 46

**Número de folhas:** 15

---

Espécie: PL  
Categoria: Impostos  
CX: 13  
Ordem: 46  
nº fls: 11



Nº 50/2012  
12-06-2012

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 35/2012.

Lei nº 4.541, de 14/08/2012

AUTOR:

Ver. Alfredo Ramos Neto.

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Cobrança de Taxas de Estacionamento por Shopping Centers, Hipermercados, Supermercados, Comércio em Geral e Similares que Disponibilizem Estacionamentos Pagos para seus Clientes.

### MOVIMENTO

Entrada em 06/03/2012

Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 - VISTAS POR 3 DIAS EM. 05.06.2012
- 2 - APROVAÇÃO EM REGIM DE URGÊN
- 3 - C/A EM. 12.06. 2012, SALVO
- 4 - EMENTA.
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

# Câmara Municipal de Montes Claros



Vereador

**Alfredo** ★

**Ramos**

*Mandato de Qualidade*

As comissões  
06.08.2012

## Projeto de lei Nº 35/2012

*Dispõe sobre a cobrança da taxas de estacionamentos por Shopping Centers, Hipermercados, Supermercados, comércio em geral e similares que disponibilizem estacionamentos pagos para seus clientes.*

*A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:*

**Art. 1º.** Ficam dispensados de pagamento das taxas referentes ao uso de estacionamento cobrado por Shoppings Centers, Hipermercados, Supermercados, Comércio em geral e similares instalados no Município de Montes Claros, os clientes que comprovarem despesa correspondente a pelo menos 10 (dez) vezes o valor da referida taxa cobrada por hora.

**§ 1º.** A gratuidade a que se refere o caput só será efetivada mediante a apresentação de notas fiscais que comprovem a despesa efetuada no estabelecimento.

**§ 2º.** As notas fiscais deverão necessariamente datar do dia no qual o cliente faz o pleito à gratuidade.

**Art. 2º.** O período de permanência do veículo no estacionamento dos estabelecimentos citados no artigo 1º, por até 30 (trinta) minutos, deverá ser gratuito, sem nenhuma condicionante.



A

**Art. 3º.** O benefício previsto nesta Lei só poderá ser recebido pelo cliente que permanecer por, no máximo, 6 (seis) horas no interior do Shopping Centers, Hipermercados e Supermercados, Comércio em geral e similares.

**§ 1º.** O tempo de permanência do cliente no interior do estabelecimento deverá ser comprovado através da emissão de um documento com fornecido por este com data e hora de sua entrada no estacionamento daquele estabelecimento.

**§ 2º.** Caso o cliente ultrapasse o tempo previsto para a concessão da gratuidade, passa a vigorar a tabela de preços para o estacionamento utilizado normalmente pelo estabelecimento.

**Art. 4º.** Ficam os Shopping Centers, Hipermercados e Supermercados, Comércio em geral e similares obrigados a divulgar o conteúdo desta Lei através da colocação de cartazes em suas dependências.

**Art. 5º** O descumprimento a esta lei implicará ao infrator as seguintes sanções nessa ordem:

I – advertência;

II – multa;

III – cassação do alvará de funcionamento.

**Art. 6º** A multa que trata o Artigo anterior Inciso II deverá ser destinada ao Fundo Municipal do Consumidor.

**Art. 7º** Fica o poder Executivo autorizado a regulamentar esta lei no prazo de 60 dias.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Câmara Municipal de Montes Claros, 28 de fevereiro de 2012.**



---

**Vereador Alfredo Ramos**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 06 DE MARÇO DE 2012  
  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 12 DE JUNHO DE 2012  
PRESIDENTE

## JUSTIFICATIVA

A presente matéria tem por objeto respeitar o consumidor montesclarenses que, além, de já aviltado na cobrança de inúmeros impostos, ainda, tem que se submeter a inúmeros outros transtornos no seu dia-a-dia e, até mesmo, quando resolve fazer compras em estabelecimentos comerciais e similares.

Visando assegurar o direito dos benefícios aos consumidores que já são submetidos a uma alta carga de taxas e tributos, este Projeto de Lei estabelece uma compensação aos usuários e consumidores que neste caso específico (a cobrança de estacionamento nos shopping centers e congêneres) a população é particularmente prejudicada, uma vez que já tenha consumido valores significativos nestes estabelecimentos comerciais.

Não se trata de fazer uma intervenção no direito de propriedade, que é assegurado em nossa constituição, nem impor normas e restrições nas decisões da livre iniciativa, mas é colocar o poder público na condição de proteger e assegurar os direitos dos cidadãos que buscam esses estabelecimentos para satisfazer suas necessidades, e nada mais justo estabelecer as necessárias e aceitáveis concessões de gratuidades nos estacionamentos de *shopping centers e congêneres* conforme estabelecido neste Projeto.

Quem ganha com isto? Todos. O governo, os lojistas e comerciantes e os consumidores, porque a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal faz com que não haja sonegação de imposto, conseqüentemente, maior será a arrecadação, beneficiando o Estado e os Municípios. Esta concessão, nos casos previstos neste projeto, estimula maior consumo, conseqüentemente, aumento do faturamento dos estabelecimentos comerciais, além do consumidor, que já não mais suporta pagar tantas taxas e impostos, uma vez que a possibilidade de gratuidade em relação ao uso do estacionamento seja facultada àqueles que o freqüentam.



Vereador Alfredo Ramos



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI 035/2012 “Dispõe sobre a cobrança de taxas de estacionamento por shopping centers, hipermercados, supermercados, comércios em geral e similares que disponibilizem estacionamentos pagos para seus clientes.”, de autoria do Vereador Alfredo Ramos Neto.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto tem como escopo regulamentar a forma de cobrança dos estacionamentos nas entidades que menciona.

Ao assim proceder o projeto em questão está legislando acerca do uso e fruição da propriedade privada, bem como, na própria iniciativa privada.

Dispõe o artigo 22 da Constituição Federal:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Portanto, é vedado ao município legislar sobre questões de direito civil, como no caso presente, entendimento este do Supremo Tribunal Federal:

ADI 1623 / RJ - RIO DE JANEIRO  
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA  
Julgamento: 17/03/2011 Órgão Julgador: Tribunal Pleno  
Publicação  
DJe-072 DIVULG 14-04-2011 PUBLIC 15-04-2011  
EMENT VOL-02504-01 PP-00011  
RT v. 100, n. 909, 2011, p. 337-341





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## Parte(s)

REQTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
REQDO. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
REQDO. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO


## Ementa

**EMENTA:** AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL. ESTACIONAMENTO EM LOCAIS PRIVADOS. COBRANÇA. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 22, I DA CONSTITUIÇÃO. Esta Corte, em diversas ocasiões, firmou entendimento no sentido de que invade a competência da União para legislar sobre direito civil (art. 22, I da CF/88) a norma estadual que veda a cobrança de qualquer quantia ao usuário pela utilização de estabelecimento em local privado (ADI 1.918, rel. min. Maurício Corrêa; ADI 2.448, rel. Min. Sydney Sanches; ADI 1.472, rel. min. Ilmar Galvão). Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 28 de março de 2012.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



As comissões  
27/03/2012

Retirado  
12/06/12

**Câmara Municipal de Montes Claros**

Vereador

**Alfredo** ★

**Ramos**

*Mandato de Qualidade*

***Emenda ao Projeto de lei Nº 35/2012 que dispõe sobre a cobrança da  
taxas de estacionamentos por Shopping Centers, Hipermercados,  
Supermercados, comércio em geral e similares que disponibilizem  
estacionamentos pagos para seus clientes.***

***Acrescenta dispositivo ao Artigo 1º do referido Projeto que passa a  
vigorar com a seguinte redação:***

**Art. 1º. Ficam dispensados de pagamento das taxas referentes ao uso de estacionamento cobrado por Shoppings Centers, Hipermercados, Supermercados, Comércio em geral e similares instalados no Município de Montes Claros, os clientes que comprovarem despesa correspondente a pelo menos 10 (dez) vezes o valor da referida taxa cobrada por hora, os Estudantes de Escolas, Faculdades, Universidades e Cursos Preparatórios, que funcionem no interior dos referidos estabelecimentos e os Trabalhadores que prestam serviços nos mesmos, independente de comprovação de despesa.**

**Câmara Municipal de Montes Claros, 27 de março de 2012.**

  
\_\_\_\_\_  
**Vereador Alfredo Ramos**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 27 DE MARÇO DE 2012  
  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 035/2012 QUE "Dispõe sobre a cobrança de taxas de estacionamento por Shopping Centers, Hipermercados, Supermercados, Comércio em geral e Similares que disponibilizem estacionamentos pagos para seus clientes.", de autoria do Vereador Alfredo Ramos Neto.**


Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda em comento, altera o artigo 1º do projeto em comento.

Uma vez que somos de parecer que o projeto em questão é ilegal, a análise da emenda resta prejudicada.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 28 de março de 2012.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE AO PROJETO DE LEI Nº 35/2012**

**AUTOR: Ver. Alfredo Ramos Neto**

**MATÉRIA: “Dispõe sobre a Cobrança de Taxas de Estacionamento por Shopping Centers, Hipermercados, Supermercados, Comércio em Geral e Similares que Disponibilizem Estacionamentos Pagos para seus Clientes.”**

**I- RELATÓRIO**

O projeto de lei foi distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 06/03/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 28/03/2012.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto de lei versa sobre cobrança de taxas de estacionamento por shopping centers, hipermercados, supermercados, comércio em geral e similares que disponibilizem estacionamentos pagos para seus clientes.

A despeito da relevância da matéria, tem-se que o Legislativo não dispõe de competência para propor tal projeto, vez que a norma limita o livre exercício do direito de propriedade e contraria o princípio constitucional da livre iniciativa, ferindo o direito líquido e certo de seus representados de administrar livremente suas propriedades e de cobrar pelo seu uso.

Ademais, estaria invadindo a competência da União, haja vista que tanto os TJs dos Estados e do próprio DF, bem como no STF, já firmaram entendimento que a matéria é de competência legislativa privativa da União, prevista no artigo 22, inciso I, da CF/88, por tratar de regras de Direito Civil.

A esse respeito, tem firmado entendimento o Supremo Tribunal Federal:

***AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI  
ESTADUAL. ESTACIONAMENTO EM LOCAIS PRIVADOS.  
COBRANÇA. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 22, I  
DA CONSTITUIÇÃO. Esta Corte, em diversas ocasiões,  
firmou entendimento no sentido de que invade a competência***

*Paulo*





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

*da União para legislar sobre direito civil (art. 22, I da CF/88) a norma estadual que veda a cobrança de qualquer quantia ao usuário pela utilização de estabelecimento em local privado (ADI 1.918, rel. min. Maurício Corrêa; ADI 2.448, rel. Min. Sydney Sanches; ADI 1.472, rel. min. Ilmar Galvão). Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 1623, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 17/03/2011, DJe-072 DIVULG 14-04-2011 PUBLIC 15-04-2011 EMENT VOL-02504-01 PP-00011 RT v. 100, n. 909, 2011, p. 337-341).*

Assim sendo , esta Comissão verifica que a referida proposição incide em vício de iniciativa e contraria normas legais e/ou constitucionais.

### **III – CONCLUSÃO**

Face ao exposto esta Comissão conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido Projeto de Lei .

Sala das Comissões, 27 de abril de 2012.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá: A. Silveira

Vice-Presidente: Ver. Athos Mameluke Mota: Athos Mameluke Mota

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: Cláudio Rodrigues de Jesus

As comissões  
31/05/12

**Câmara Municipal de Montes Claros**

Vereador

**Alfredo** ★

**Ramos**

*Mandato de Qualidade*

Aprovado  
12/06/12

***Emenda ao Projeto de lei Nº 35/2012 que dispõe sobre a cobrança da  
taxas de estacionamentos por Shooping Centers, Hipermercados,  
Supermercados, comércio em geral e similares que disponibilizem  
estacionamentos pagos para seus clientes.***

***Acrescenta dispositivo ao Artigo 1º do referido Projeto que passa a  
vigorar com a seguinte redação:***

**Art. 1º. Ficam dispensados de pagamento das taxas referentes ao uso de  
estacionamento cobrado por Shoppings Centers, Hipermercados, Supermercados,  
Comércio em geral e similares instalados no Município de Montes Claros, os  
clientes que comprovarem despesa correspondente a pelo menos 10 (dez) vezes o  
valor da referida taxa cobrada por hora, os Estudantes de Escolas, Faculdades,  
Universidades, Cursos Preparatórios e os Proprietários de Empreendimentos que  
funcionem no interior dos referidos estabelecimentos e os Trabalhadores que  
prestam serviços nos mesmos, independente de comprovação de despesa.**

**Câmara Municipal de Montes Claros, 29 de maio de 2012.**

  
\_\_\_\_\_  
**Vereador Alfredo Ramos**

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
29/05/2012	
HORA: 10:30H	
ASS: 	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
 A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
 E JUSTIÇA  
 EM 31 DE MAIO DE 2012  
 PRESIDENTE

Fundamentada nos argumentos  
 elencados no projeto de Lei  
 e a emenda ilegal e inconstitucional  
 Montes Claros, 12 de Junho de 2012.

Ante a  
 João -

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
 APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
 REGIME DE URGÊNCIA  
 EM 12 DE JUNHO DE 2012  
 PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 035/2012 QUE "Dispõe sobre a cobrança de taxas de estacionamento por Shopping Centers, Hipermercados, Supermercados, Comércio em geral e Similares que disponibilizem estacionamentos pagos para seus clientes.", de autoria do Vereador Alfredo Ramos Neto.**


Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda em comento, altera o artigo 1º do projeto em comento.

Uma vez que somos de parecer que o projeto em questão é ilegal, a análise da emenda resta prejudicada.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 31 de maio de 2012.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605